

Declaração de rectificação n.º 2271/2009

Por ter saído com inexactidão o Aviso n.º 14192/2009, publicado no *Diário da República* n.º 154, 2.ª série, de 11 de Agosto de 2009, referentes à abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal do ISS, I. P., rectifica-se como se segue:

Onde se lê:

“Nuno José Monteiro Amaro (Director do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)”

deve ler-se:

“Nuno José Monteiro Amaro (Técnico Superior do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)”

13 de Agosto de 2009. — Em substituição do Vogal do Conselho Directivo António Nogueira de Lemos, o Vogal, *José Silva e Sá*.
202274401

Declaração de rectificação n.º 2272/2009

Por ter saído com inexactidão o Aviso n.º 14189/2009, publicado no *Diário da República* n.º 154, 2.ª série, de 11 de Agosto de 2009, referentes à abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal do ISS, I. P., rectifica-se como se segue:

Onde se lê:

«Nuno José Monteiro Amaro (Director do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)»

Deve ler-se:

«Nuno José Monteiro Amaro (Técnico Superior do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)»

13 de Agosto de 2009. — O Vogal do Conselho Directivo, em substituição, *José Silva e Sá*.
202274434

Declaração de rectificação n.º 2273/2009

Por ter saído com inexactidão o Aviso n.º 14191/2009, publicado no *Diário da República* n.º 154, 2.ª série, de 11 de Agosto de 2009, referentes à abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal do ISS, I. P., rectifica-se como se segue:

Onde se lê:

“Nuno José Monteiro Amaro (Director do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)”

deve ler-se:

“Nuno José Monteiro Amaro (Técnico Superior do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)”

13 de Agosto de 2009. — Em substituição do Vogal do Conselho Directivo António Nogueira de Lemos, o Vogal, *José Silva e Sá*.
202274418

Declaração de rectificação n.º 2274/2009

Por ter saído com inexactidão o Aviso n.º 14190/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 154, 2.ª série, de 11 de Agosto de 2009, referentes à abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal do ISS, I. P., rectifica-se como se segue:

Onde se lê:

“Nuno José Monteiro Amaro (Director do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)”

Deve ler-se:

“Nuno José Monteiro Amaro (Técnico Superior do Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso, CDist. de Viseu)”

13 de Agosto de 2009. — O Vogal do Conselho Directivo, em substituição, *José Silva e Sá*.
202274426

**MINISTÉRIOS DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO****Despacho n.º 20650/2009**

Os cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) têm vindo a afirmar-se como um instrumento central das políticas públicas para a qualificação de adultos, promovendo a redução dos seus défices de qualificação e melhorando os seus níveis de empregabilidade e de inclusão social e profissional.

Os cursos EFA constituem uma das tipologias de intervenção do Eixo n.º 2 — Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), através da concessão de apoios específicos às entidades, para o financiamento destas ofertas formativas.

Constituindo um instrumento fundamental para a prossecução dos objectivos da Iniciativa Novas Oportunidades, importa que os apoios concedidos pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) para o desenvolvimento desta modalidade de formação sejam aplicados de forma selectiva e eficiente, garantindo uma resposta ajustada às necessidades da população alvo, em particular dos desempregados, e contribuindo para a racionalização da rede de oferta formativa.

Assim, determina-se:

1 — É criado um grupo de trabalho com o objectivo de apresentar um diagnóstico das necessidades de formação de dupla certificação, por concelho, por nível de qualificação e por área profissional, dos activos desempregados inscritos nos centros de emprego e ou em processo de reconhecimento, validação e certificação de competências nos centros novas oportunidades.

2 — A elaboração deste diagnóstico deve ter em consideração o perfil da oferta de emprego actual e prospectiva do concelho sempre que se tratem de cursos EFA com componente profissional.

3 — O grupo de trabalho tem a seguinte composição:

- a) Um representante da Agência Nacional para a Qualificação, I. P., que coordena;
- b) Um representante de cada direcção regional de educação;
- c) Um representante de cada delegação regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP);
- d) Um representante do POPH.

4 — As prioridades a estabelecer em sede de abertura do período de candidaturas do POPH para cursos EFA a iniciar em 2010 devem ter em consideração as conclusões do diagnóstico produzido pelo grupo de trabalho.

5 — As conclusões do diagnóstico referido no número anterior devem igualmente nortear as direcções regionais de educação e o IEFP na tomada de decisão para autorização do funcionamento dos cursos EFA, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março.

6 — O grupo de trabalho deve apresentar o diagnóstico das necessidades de formação até 31 de Dezembro de 2009.

3 de Setembro de 2009. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

202270781

Agência Nacional para a Qualificação, I. P.**Aviso n.º 16004/2009****Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior**

1 — Fundamento e legislação aplicável — Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e uma vez que ainda não existem reservas de recrutamento quer na Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ, I. P.), quer junto da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (como previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro), torna-se público que, por despacho de 31 de Agosto de 2009, do Vice-Presidente da Agência Nacional para a Qualificação, I. P., está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação deste aviso no *Diário da República*, um procedimento concursal para o preenchimento de 1 posto de trabalho de técnico superior do mapa de pessoal desta Agência, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A este procedimento é aplicável a tramitação prevista pelo artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, regulamentada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para os postos de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação do procedimento concursal.

3 — Consulta à DGAEP — De acordo com as indicações da DGAEP fica esta Agência dispensada de consultar a Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento no sentido de confirmar a existência ou não de candidatos em reserva que permitam satisfazer as necessidades — FAQ n.º 4 — FAQ's — Procedimento Concursal (Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro)

4 — Postos de Trabalho — 1 posto de trabalho, para a seguinte actividade e condições preferenciais:

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Integrada de Sistemas de Qualificação

Área de formação: Licenciatura

Actividade: Estimular a procura de vias de ensino de dupla certificação por parte dos jovens; regular a rede de oferta de cursos de dupla certificação para jovens; promover a qualidade e a frequência dos esquemas de acompanhamento da rede; melhorar a comunicação com os agentes envolvidos na Iniciativa Novas Oportunidades

Condições Preferenciais Licenciatura em Psicologia; conhecimentos e experiência profissional na educação e formação inicial de jovens e ou adultos; conhecimentos e experiência na área de Orientação Vocacional, incluindo Serviços de Psicologia e Orientação, produção de materiais de apoio, participação em projectos internacionais.

5 — Requisitos de admissão — Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e que até à data de abertura deste procedimento reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- Possuir plano de vacinação obrigatório válido;
- Ser titular do seguinte nível mínimo habilitacional, exigido:

Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados nas carreiras, sejam titulares das categorias em referência e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal da ANQ, I.P. idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

Os candidatos ao presente procedimento concursal deverão possuir uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecida, nos termos do disposto do n.º 4 do artigo 6.º da LVCR.

Não poderá ser efectuada a substituição do nível habilitacional exigido, por formação e ou experiência profissional, consideradas suficientes para o presente procedimento

6 — Formalização das candidaturas.

5.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no site da ANQ, IP (www.anq.gov.pt) Dirigido ao Presidente do Júri, onde devem constar os seguintes elementos:

- Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e actividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;
- Identificação da entidade que realiza o procedimento;
- Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e electrónico, caso exista;
- Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente:
 - Os previstos nas alíneas a) a d) do n.º 5 do presente aviso;
 - A identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções;
 - Os relativos ao nível habilitacional;
- Opção por métodos de selecção nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, quando aplicável;
- Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura.

5.2 — Os candidatos deverão anexar ao requerimento de admissão ao processo de selecção, sob pena de exclusão, fotocópias dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae datado e assinado;
- Certificados das acções de formação frequentadas, relacionadas com as áreas funcionais dos lugares para que se candidatam;

c) Comprovativos das habilitações literárias, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

d) Comprovativos da experiência profissional;

e) Comprovativos da avaliação de desempenho relevante nos termos da legislação aplicável.

5.3 — O requerimento dirigido ao Presidente do Júri, bem como os documentos referidos no n.º 5.2., deverão, até ao termo do prazo fixado, ser entregues pessoalmente no NRHDO da Agência Nacional para a Qualificação — Avenida 24 de Julho n.º 138, 2.º — 1399-026 Lisboa, ou enviadas por correio registado com aviso de recepção, para a mesma morada. Não serão aceites candidaturas electrónicas

5.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

6 — Local de trabalho — Avenida 24 de Julho n.º 138 — 1399-026 Lisboa.

7 — Remuneração — de acordo com o artigo 55.º da LVCR, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado será objecto de negociação com a ANQ, IP e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal

8 — Métodos de selecção

De acordo com o previsto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, e atento o carácter urgente do procedimento para o cumprimento das atribuições da ANQ, I. P., a utilização dos métodos de selecção será efectuada de forma faseada:

8.1 — Salvo nos casos previstos no n.º 8.2., os métodos de selecção a utilizar são obrigatoriamente os seguintes:

8.1.1 — Prova de conhecimentos (60%) — Reveste a forma escrita, com duração de 1h e 30 m

Temáticas: Iniciativa Novas Oportunidades, enquadramento legal do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e da Agência Nacional para a Qualificação, I. P., enquadramento legal das ofertas qualificantes -cursos de educação e formação de adultos (EFA), cursos profissionais, cursos de educação e formação de jovens — CEF e Formações Modulares, Guia das Profissões e Manual de Exploração Vocacional (creio que esta prova é necessária)

Bibliografia:

Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho — Orgânica da ANQ, I. P.; Portaria n.º 959/2007, de 21 de Agosto — Estatutos da ANQ, I. P.; Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro — Orgânica do ME; Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro — Orgânica do MTSS; Site da Agência Nacional para a Qualificação (www.anq.gov.pt) Site Mundo das Profissões ([www.anq.gov.pt/mundo das profissões](http://www.anq.gov.pt/mundo-das-profissoes)) Site da Iniciativa Novas Oportunidades (www.novasoportunidades.gov.pt)

Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março

Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho

Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio

8.1.2 — Avaliação psicológica (40%) — com o objectivo de avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar.

Classificação Final

A classificação final será obtida numa escala de 0 a 20 valores através da fórmula seguinte:

$$CF = 0.6PC + 0.4AP$$

sendo que:

CF — Classificação Final

PC — Prova de Conhecimentos

AP — Avaliação Psicológica

8.2 — No caso dos candidatos abrangidos pelo n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, os métodos de selecção a utilizar são os seguintes, salvo quando afastados por escrito pelo candidato ao abrigo da referida disposição legal, circunstância em que se aplicarão os métodos enunciados em 8.1.:

8.2.1 — Avaliação curricular (60%) — com o objectivo de analisar a qualificação dos candidatos, sendo ponderados os seguintes factores:

$$AC = \frac{HA + 0.5FP + 2EP + 0.5AD}{4}$$

sendo que:

AC — Avaliação Curricular

HA — Habilitações Académicas

FP — Formação profissional
 EP — Experiência Profissional nas actividades inerentes ao posto de trabalho a que se candidata
 AD — Avaliação de Desempenho nos termos da legislação aplicável

8.2.2 — Entrevista de Avaliação de Competências (40%) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

Classificação Final

A classificação final será obtida numa escala de 0 a 20 valores através da fórmula seguinte:

$$CF = 0.6AC + 0.4EAC$$

sendo que:

CF — Classificação Final
 AC — Avaliação Curricular
 EAC — Entrevista de Avaliação de Competências

8.3 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, verificando-se um número de candidatos aprovados no primeiro método de selecção, por cada referência identificada em 3, igual ou superior a 500, a ANQ, I. P. poderá aplicar apenas os métodos de selecção previstos em 8.1.1 e 8.2.1.

8.4 — O candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

9 — Motivos de Exclusão — São, designadamente, motivos de exclusão do presente procedimento concursal a apresentação da candidatura fora do prazo e o incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais motivos legal ou regulamentarmente previstos.

10 — Composição do Júri -Presidente Manuel João Chorinha Barbosa, Vogais efectivos Maria João de Araújo Alves e Carla Cristina Florêncio da Rocha Rodrigues; Vogais suplentes Maria do Carmo Pereira Marques dos Santos Aires e Maria Antónia Moreira Mendonça Jorge Duarte

11 — Actas — As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — Lista unitária de ordenação final dos candidatos:

12.1 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada por ofício registado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

12.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação do Presidente da ANQ, I. P., é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações das ANQ.

I. P. e disponibilizada na respectiva página electrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83A/2009, de 22 de Janeiro.

31 de Agosto de 2009. — O Vice-Presidente, *Paulo Feliciano*.
 202275941

Aviso n.º 16005/2009

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 3 postos de trabalho de assistente operacional

1 — Fundamento e legislação aplicável — Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e uma vez que ainda não existem reservas de recrutamento quer na Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ, I. P.), quer junto da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (como previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro), torna-se público que, por despacho de 31 de Agosto de 2009, do Vice-Presidente da Agência Nacional para a Qualificação, I. P., está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação deste aviso no *Diário da República*, um procedimento concursal para o preenchimento de 3 postos de trabalho de Assistente Operacional do mapa de pessoal desta Agência, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A este procedimento é aplicável a tramitação prevista pelo artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, regulamentada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para os postos de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação do procedimento concursal.

3 — Postos de Trabalho — 3 postos de trabalho, para as seguintes actividades:

Ref.ª B1:

N.º de postos de trabalho: 1;

Carreira: Assistente Operacional (telefonista);

Unidade Orgânica: Departamento Financeiro e de Organização;

Área de formação: Escolaridade Obrigatória;

Actividade: Atender chamadas e estabelecer ligações internas ou externas; assegurar a filtragem das chamadas recebidas e proceder ao seu correcto encaminhamento;

Condições Preferenciais: experiência profissional como telefonista.

Ref.ª B2:

N.º de postos de trabalho: 1;

Carreira: Assistente Operacional (motorista);

Unidade Orgânica: Departamento Financeiro e de Organização;

Área de formação: Escolaridade Obrigatória;

Actividade: Conduzir os automóveis oficiais e assegurar a manutenção do seu bom estado de funcionamento e conservação;

Condições Preferenciais: experiência profissional como motorista.

Ref.ª B3:

N.º de postos de trabalho: 1;

Carreira: Assistente Operacional;

Área de formação: Escolaridade Obrigatória;

Actividade:

Assegurar as tarefas relacionadas com o expediente geral do secretariado e gestão documental;

Dinamizar o apoio logístico e administrativo necessário;

Condições Preferenciais: experiência profissional em actividades similares.

4 — Requisitos de admissão — Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e que até à data de abertura deste procedimento reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- Possuir plano de vacinação obrigatório válido;
- Ser titular do seguinte nível mínimo habilitacional exigido.

Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados nas carreiras, sejam titulares das categorias em referência e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal da ANQ, I.P. idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

Não poderá ser efectuada a substituição do nível habilitacional exigido, por formação e ou experiência profissional, consideradas suficientes para o presente procedimento.

4.1 — Escolaridade Obrigatória:

4.ª classe — para os indivíduos nascidos até 31.12.1966 (n.º 1 do artigo 13.º do Decreto -Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro);

6.º ano de escolaridade — para os nascidos entre 01.01.1967 e 31.12.1980 (n.º 1 do artigo 12.º do Decreto -Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro);

9.º ano de escolaridade — para os inscritos no 1.º ano do ensino básico em 1987/1988 e nos anos lectivos subsequentes (n.º 1 do artigo 63.º e n.º 1 do artigo 6.º da lei de Bases do Sistema Educativo).

5 — Formalização das candidaturas:

5.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no *site* da ANQ, IP (www.anq.gov.pt) Dirigido ao Presidente do Júri, onde devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e actividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;

b) Identificação da entidade que realiza o procedimento;

c) Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e electrónico, caso exista;